



COMISSÃO DE AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PODER LOCAL
XII Legislatura – 2ª Sessão legislativa

ATA NÚMERO CENTO E UM

Em vinte e sete de março de dois mil e treze, cerca das dez horas e quarenta minutos, a Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local (CAOTPL) reuniu na sala de reuniões número cinco do Palácio de S. Bento, com as presenças e faltas dos seguintes Senhores Deputados, conforme consta das respetivas folhas de registo:

- Efetivos

António Leitão Amaro (PSD); António Prôa (PSD); Bruno Coimbra (PSD); Emília Santos (PSD); Fernando Marques (PSD); Jorge Paulo Oliveira (PSD); Maurício Marques (PSD); Mário Magalhães (PSD); Ângela Guerra (PSD); Eurídice Pereira (PS); Miguel Coelho (PS); Pedro Farmhouse (PS); Altino Bessa (CDS-PP); Maria Margarida Neto (CDS-PP); Paulo Sá (PCP); Helena Pinto (BE);

- Suplentes

Carlos Santos Silva (PSD); Paulo Cavaleiro (PSD); Pedro Pimpão (PSD); Orísia Roque (CDS-PP); Paula Santos (PCP).

Faltas

Ramos Preto (PS); Bruno Vitorino (PSD); Carlos Abreu Amorim (PSD); José Junqueiro (PS); Mota Andrade (PS); Renato Sampaio (PS); Heloísa Apolónia (PEV).

Após a verificação do quórum, o Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Fernando Marques (PSD), declarou aberta esta reunião, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - Audições no âmbito da PPL N.º 123/XII-GOV "Procede à segunda alteração à Lei n.º 88-A/97, de 25 de julho, que regula o regime de acesso da iniciativa económica privada a determinadas atividades económicas"; e da PPL 125/XII-GOV "Aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos"

- Associação Água Pública;
- Associação Nacional de Municípios (ANMP).

2 - Iniciativas Legislativas

Especialidade

PPL 122/XII-GOV - calendário para as audições;

PPL 123/XII-GOV e 125/XII-GOV - fixação de data para entrega de propostas.

Redação final

PPL 104/XII-GOV "Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico"

1 - AUDIÇÕES no âmbito da apreciação da PPL N.º 123/XII-GOV "Procede à segunda alteração à Lei n.º 88-A/97, de 25 de julho, que regula o regime de acesso da iniciativa económica privada a determinadas atividades económicas" e da PPL 125/XII-GOV "Aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos"

- AUDIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO ÁGUA PÚBLICA

Esta audição foi objeto de transmissão pelo Canal Parlamento, encontrando-se, assim, o respetivo registo áudio/vídeo disponível para consulta na ar@net em Serviços-DRAA-Canal Parlamento-Arquivo-Comissões-CAOTPL ([20130327](#)) e em <http://srvvideo2.parlamento.pt/videos->

canal/XII/SL2/02_com/11_caotpl/20130327caotpl_associacao.wmv, pelo que o seu conteúdo se dá aqui por reproduzido, fazendo parte integrante desta ata.

O Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Fernando Marques (PSD), após contextualizar o âmbito desta audição, deu a palavra à delegação da Associação Água Pública, composta pela Senhora Presidente da respetiva Direcção, Luísa Tovar (Lisboa) pelo Vice-Presidente da mesma Direcção, Dr. Jorge Fael (Castelo Branco) e pelo Dr. Miguel Vidigal, jurista e fundador desta associação.

A Senhora Presidente da Direcção da Associação Água Pública, após entregar a “Carta de Princípios” da associação, documento base de constituição desta no encontro de fundação em 20 de fevereiro de 2003, fez uma intervenção inicial, na qual, em síntese, referiu as seguintes questões: posição da associação em contraponto aos objetivos subjacentes à política do atual governo para o setor da Água/Água bem público versus Água negócio visando o lucro; Poder Público e política da Água: opções visando a entrega aos privados versus decisores públicos como garantia de acesso à água e contra a corrupção no setor; as Propostas de Lei em análise - concentração na Administração Central das competências das Autarquias Locais/ privatização de serviços e gestão da água/intervenção do Regulador no regime tarifário e autonomia dos Municípios/outras áreas de atuação do Regulador em função do mercado da água.

Em seguida, o Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Fernando Marques (PSD), deu a palavra aos grupos parlamentares presentes, em nome dos quais intervieram o Senhor Deputado Mário Magalhães (PSD) (programas do PSD, PS e CDS-PP às últimas eleições no sentido da abertura do setor da Água a privados versus posição de princípio da Associação Água Pública de que nem a água nem os serviços de água podem ser privados; reorganização do setor da água em curso: manutenção da titularidade pública da água/concessões e subconcessões de serviços e gestão da água, para garantia da sustentabilidade económica, social e ambiental do setor/tarifas justas/tarifa social/evolução do Regulador do setor para Entidade Independente, com âmbito universal e reforço das respetivas atribuições e competências), a Senhora Deputada Eurídice Pereira (PS) (iniciativa legislativa de Cidadãos, que integra a Associação Água Pública, na defesa da água como direito humano e bem público; as propostas de lei em apreciação: riscos da sua entrada em vigor/alternativas às medidas propostas/posição desfavorável da Associação Água Pública/ participação dos representantes dos cidadãos no processo de elaboração da nova legislação), a Senhora Deputada Margarida Neto (CDS-PP) (propostas de lei em análise: contributo para reforma regeneradora do setor da Água, visando a sustentabilidade deste; situação deficitária da AdP/dívidas das Autarquias; necessidade de combate às perdas de água/medidas para o uso eficiente da água; eventual reversão das atuais concessões para o setor público/ valor das indemnizações), o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) (propostas de lei do Governo em análise: visam possibilitar a privatização do setor da Água; a titularidade pública da Água versus entrega a privados dos serviços e gestão da água; necessidade de reorganização do setor da Água: público/privado - opção política; posição contrária do PCP à entrada de privados nos serviços e gestão da Água e Resíduo/iniciativa do PCP na defesa destes setores chumbada na AR; experiências internacionais demonstrativas de que a entrada de privados no setor da Água provoca a degradação dos serviços e o aumento da fatura para os consumidores) e a Senhora Deputada Helena Pinto (BE) (oposição do BE à privatização da Água e às iniciativas legislativas do governo em análise; possibilidade de referendo relativamente ao sim ou ao não relativamente à privatização da Água; atuais concessões a privados: exemplos de estrangulamento dos respetivos Municípios/não acautelamento do interesse público; ERSAR: a prevista nomeação do Conselho de Administração indiciadora da governamentalização do Regulador/capacidade de impor tarifas versus autonomia das

Autarquias locais; subconcessões a privados por cinquenta anos versus defesa do interesse público).

Depois, a Presidente e o Vice-Presidente da Direcção da Associação Água Pública ainda usaram da palavra para pronunciar-se acerca das questões suscitadas pelos Senhores Deputados, após o que o Senhor Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Fernando Marques (PSD), deu esta audição por concluída, eram cerca das onze horas e trinta minutos.

- AUDIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (ANMP)

Esta audição, que teve início cerca das onze horas e quarenta minutos, foi igualmente objeto de transmissão pelo Canal Parlamento, encontrando-se, assim, o respetivo registo áudio/vídeo disponível para consulta na ar@net em Serviços-DRAA-Canal Parlamento-Arquivo-Comissões-CAOTPL (20130327) e em http://srvvideo2.parlamento.pt/videos-canal/XII/SL2/02_com/11_caotpl/20130327caotpl_anmp.wmv, pelo que o seu conteúdo se dá aqui também por reproduzido, fazendo parte integrante desta ata.

O Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Fernando Marques (PSD), após contextualizar o âmbito desta audição, deu a palavra à delegação da ANMP, constituída pelo Presidente do respetivo Conselho Diretivo, Senhor Dr. Fernando Ruas e pelo respetivo Secretário-Geral, Senhor Eng.º Artur Trindade.

O Senhor Dr.ª Fernando Ruas fez uma intervenção inicial, na qual, em síntese, referiu as seguintes questões: PPL nº 123/XII/2ª, relativa à delimitação do setor-posição da ANMP já divulgada/não à fusão dos sistemas sem a intervenção das Autarquias/necessidade de definição das concessões e subconcessões/não à privatização da área dos Resíduos (EGF)/manutenção de gestão visando a manutenção do serviço público essencial e universal; PPL nº 125/XII/2ª, relativa ao Regulador do setor - respetivas recomendações importantes para os Municípios gerirem os sistemas/nova competência de fixação das tarifas conflituante com a autonomia e competência própria das Autarquias.

Na sequência, o Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Fernando Marques (PSD), deu a palavra aos grupos parlamentares presentes, em nome dos quais intervieram o Senhor Deputado Maurício Marques (PSD) (acordo da ANMP relativamente à fusão de sistemas/ganhos de escala e eficiência; preservação da água como bem público/abertura da gestão a privados visando a melhoria de serviços; papel do Regulador no estabelecimento de tarifas), o Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) (definição de tarifas/capacidade do Regulador face ao Monopólio Natural da Água), a Senhora Deputada Eurídice Pereira (PS) (modelo de concessão abrangente previsto na PPL nº 123/XII/2ª/privatização; dívidas das Autarquias à AdP; contributos da ANMP no processo de elaboração da PPL nº 125/XII/2ª; concessões de serviços de água e resíduos/verticalização em curso; ERSAR: competência para definir tarifas/ingerência nas competências das Autarquias/limites dos poderes do Regulador), o Senhor Deputado Altino Bessa (CDS-PP) (fixação de tarifas/competência do futuro Regulador/intervenção da ERSAR face ao não cumprimento pelos Municípios do Regulamento Tarifário/fatura detalhada; fusão e agregação de sistemas/ganhos de escala/gestão pública ou privada; privatização da EGF/posição contrária da ANMP), o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) (PPL's do Governo: entrega de serviços a privados/política da Água dos últimos governos no sentido da mercantilização da água; posição do PCP contra a verticalização do setor/iniciativa legislativa do PCP na defesa da gestão pública do setor da Água chumbada na AR; iniciativas legislativas do Governo em análise põem em causa a autonomia do Poder Local), a Senhora Deputada Paula Santos (PCP) (relação dos sistemas multimunicipais com a AdP/dívidas das Autarquias à AdP; fusão de sistemas/posição favorável da ANMP/ vantagens ?; fixação de tarifas pela ERSAR versus autonomia do Poder

Local nesta matéria) e Senhora Deputada Helena Pinto (BE) (posição do BE contrária à privatização do setor da Água; monopólio natural da Água versus poderes do Regulador/privatização; definição do tarifário: poder do novo Regulador versus autonomia do Poder Local/regulamento tarifário; novos estatutos da ERSAR: Regulador governamentalizado; dívidas das Autarquias à AdP/perguntas do BE ao Governo sem resposta e remessa para futuro relatório da AdP/ de que informações dispõe a ANMP?). Depois, os Senhores Dr.^a Fernando Ruas e Eng.^o Artur Trindade ainda usaram da palavra para pronunciar-se acerca das questões suscitadas pelos Senhores Deputados, após o que o Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Fernando Marques (PSD), deu esta audição por concluída eram cerca das treze horas.

2 - INICIATIVAS LEGISLATIVAS

Especialidade

- PPL n.º 122/XII-GOV “Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais” - calendário para as audições

Na sequência de intervenções da Senhora Deputada Helena Pinto (BE), da Senhora Deputada Paula Santos (PCP), do Senhor Deputado Pedro Farmhouse (PS), do Senhor Deputado Altino Bessa (CDS-PP), do Senhor Deputado Paulo Jorge Oliveira (PSD), do Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) e do Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD), verificou-se consenso em que as nove audições previstas fossem realizadas nas próximas terças-feiras (duas de manhã e uma após o almoço) e quartas-feiras (audição de uma entidade às nove horas).

- PPL n.º 123/XII-GOV “Procede à segunda alteração à Lei n.º 88-A/97, de 25 de julho, que regula o regime de acesso da iniciativa económica privada a determinadas atividades económicas” e PPL n.º 125/XII-GOV “Aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos” - fixação de data para entrega de propostas

Sob proposta do Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) e após intervenção do Senhor Deputado Pedro Farmhouse (PS), verificou-se consenso no sentido de a apresentação de propostas relativas a estas iniciativas legislativa se verificar até às quinze horas do dia quinze de abril próximo.

- Redação final da PPL n.º 104/XII-GOV “Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico”

Tendo presente a Informação n.º 68/DAPLEN/2013 sobre a matéria, esta redação final foi aprovada por unanimidade, estando ausente o PEV.

Nada mais havendo a tratar, o Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Fernando Marques (PSD) deu por finda esta reunião, eram cerca das treze horas e quarenta e cinco minutos, dela se lavrando a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.

O Vice-Presidente da Comissão,

Fernando Marques

JF/